

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 368-377. ISSN: 1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v20i36.1082>

UM DIÁLOGO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: entrevista com Angela Ribeiro Ferreira¹

A DIALOGUE ON THE TEACHING OF HISTORY AND TEACHER TRAINING IN BRAZIL: an interview with Angela Ribeiro Ferreira

UN DIÁLOGO SOBRE LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA Y LA PREPARACIÓN DE PROFESORES EN BRASIL: entrevista con Angela Ribeiro Ferreira

SANDRA REGINA RODRIGUES DOS SANTOS

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-95908334>

Doutora em Políticas Públicas em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

São Luís/Maranhão/Brasil

sandramoicana@yahoo.com.br

Entrevista com Angela Ribeiro Ferreira, professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), realizada por Sandra Regina Rodrigues dos Santos, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) da UEMA, integrante do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero e Educação do Maranhão (NUPEGEM), coordenando a linha de pesquisa Educação e História da Educação.



Angela Ribeiro Ferreira é doutora e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Graduada em Licenciatura em História. Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atua como professora na área de Prática de Ensino de História e Estágio Supervisionado em História, Professora no Mestrado Profissional em Ensino de História UEPG/UFRJ. Vice-líder do Laboratório de Estudos sobre Formação de Professores e Ensino de História - LEFOPEH. Co-tutora do PET – Programa de Educação Tutorial: Educação e Diversidade. Coordenadora de Área do PIBID-História. A autora tem

¹ Entrevista submetida à avaliação em março de 2023 e aprovado para publicação em junho de 2023.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 368-377. ISSN: 1808-8031

contribuindo no desenvolvimento do Ensino de História e na formação de professores no Brasil, a qual orienta projetos de pesquisa desta temática que vão desde a iniciação científica até a Pós-Graduação. É coautora dos livros: *Oficina de História* nos volumes III, IV, V e VI, publicados pela Editora Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: angelarf@uepg.br

A Revista *Outros Tempos* há quase duas décadas contribui para o avanço dos estudos no campo da História e seu Ensino. Nesse número dedicado ao ensino de História, tem a satisfação de entrevistar a professora e pesquisadora Angela Ribeiro Ferreira.

OT: Como foi a sua trajetória de pesquisa até chegar ao campo do ensino de História?

Angela Ribeiro Ferreira: Eu ingressei no curso de Licenciatura em História em 1997 na Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR sabendo, desde o início, ser voltado para a formação de professores, no qual, portanto, estava me preparando para a docência de História na Educação Básica. Entretanto, durante toda a graduação, tive a oportunidade de trabalhar como estagiária num projeto de pesquisa com os acervos judiciais da Comarca Ponta Grossa e Castro - PR. O acervo era constituído de processos-crime do final do século XVIII até 1975. O contato com esses documentos me encantou e eu acabei, inicialmente, dedicando-me à pesquisa com essas fontes judiciais, trabalhando com a temática da violência sexual contra meninas no início do século XX em Ponta Grossa. Essa temática me acompanhou tanto no TCC de graduação quanto na monografia do curso de especialização no campo acadêmico, bem como quando comecei a trabalhar como educadora social de crianças vítimas de violência física, psicológica e sexual, prosseguindo comigo ainda hoje na universidade, pois coordeno, junto com uma colega do departamento de História, o LAGEDIS – Laboratório de Estudos de Gênero, Diversidade, Infância e Subjetividades, onde pesquiso e oriento trabalhos, na graduação e no mestrado, relacionados a gênero, diversidade e ensino de História.

Mas, quando decidi ir para o Mestrado em Educação, em 2003, precisei adaptar o que vinha estudando à época. Mantive a temática de gênero e história das mulheres, mas passei a relacioná-la com o ensino de história. Por isso, acabei por escrever uma dissertação sobre *Representações da História das Mulheres no Brasil nos Livros Didáticos de História*. Foi nesse momento, há vinte anos, que iniciei a carreira como pesquisadora e professora da área de ensino de História e formação de professores e professoras de História. Hoje trabalho entrecruzando ambas as frentes: a de pesquisa acerca do gênero com as investigações sobre o ensino de História e a formação de professores/as da área.

OT: Fale da sua experiência como professora de História, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

Angela Ribeiro Ferreira: A minha primeira experiência como professora foi em 2001, na EJA – Educação de Jovens e Adultos. Trabalhei no Programa Integrar, que era um programa de educação vinculado à CUT e ao Sindicato dos Metalúrgicos. Foi uma experiência muito rica para uma jovem professora, como eu, conviver com estudantes, que eram metalúrgicos, além de seus familiares e, ainda, participar de todo o debate político que o programa oferecia. Em 2003, quando Roberto Requião assumiu novamente o governo do estado do Paraná, depois de muitos anos finalmente tivemos um concurso público para professores. Foi quando entrei na rede pública do estado e assumi o cargo em uma escola de ensino fundamental, médio e EJA, na periferia de Ponta Grossa.

Paralelamente ao trabalho na rede pública, fui convidada para atuar na disciplina de Metodologia do Ensino de História no curso de Pedagogia em uma instituição privada da cidade. Nesse curso, a maioria das estudantes era formada por professoras da rede municipal, o que fazia com que o curso tivesse uma característica interessante, como se fosse uma formação com relação direta com a prática docente, já que quase todas estavam na sala de aula da educação infantil e séries iniciais. Essa relação com a prática docente, já vivenciada pelas estudantes, tinha um duplo desafio: primeiro rediscutir a prática com a qual elas já estavam habituadas; e, segundo, abordar conteúdos de História pouco tratados nas suas aulas, ampliando a formação nessa área. Lembro de algumas dizendo: “se você pegar o caderno de História dos meus alunos vai encontrar as datas comemorativas, dia do índio, aniversário da cidade” – portanto, foi um desafio desconstruir para construir conhecimento com elas. Embora estivessem em um curso de graduação, a experiência se equiparava a um curso de formação continuada, considerando que estavam quase todas na sala de aula, trabalhando como professoras.

Logo depois, em março de 2006, ainda durante o governo Requião, tivemos concurso na Universidade, e como eu tinha recém terminado o mestrado pude participar do certame. Fui então aprovada em primeiro lugar para trabalhar com as disciplinas de Prática de Ensino de História na UEPG. Essas disciplinas são integrantes das 400 horas de Prática como componente curricular e tinham acabado de serem inseridas no currículo com as Diretrizes Curriculares para formação de professores da Educação Básica, a Resolução CNE/CP 01/2002. No caso da UEPG, essa carga horária foi inserida em formato de disciplinas em todas as séries do curso.

Assim que se encerrou o meu estágio probatório como docente do ensino superior, eu pensava em iniciar o doutorado, inclusive já tinha um projeto pronto. Mas acabei decidindo assumir a coordenação do curso de licenciatura para fazer a reformulação do currículo. Na época achei

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 368-377. ISSN: 1808-8031

que seria importante entender o processo de reformulação de um currículo de um curso de formação de professores/as de História. E assim foi. Assumi o cargo, coordenei a comissão de reformulação de currículo. Nós fizemos várias avaliações do currículo implantado, já tínhamos identificado os problemas e fizemos a nova proposta. Essa minha decisão tinha relação direta com a minha escolha para o projeto de doutorado, pois havia estudado dezenas de projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em História das universidades estaduais e federais brasileiras e como cada uma delas organizou o currículo a partir da exigência legal da inclusão das 400 horas de prática como componente curricular. Foram 96 PPCs de História que analisei de IES de todo o país.

Naquele momento, eu achei que eu devia participar de um processo de reformulação para depois estudar o processo nos outros cursos. Acabei atrasando o início do doutorado em dois anos, mas valeu a pena, mergulhei no debate sobre formação de professores de História nas últimas décadas no Brasil, especialmente no período pós LDB de 1996. Depois pude acompanhar a implementação do currículo na prática. As leituras teóricas e a relação com a experiência direta da reformulação curricular foram experiências fundamentais para mim. Nelas pude perceber empiricamente a concepção de que o currículo é um campo de disputas e que a formação de professores também. Atestei ainda que estão em jogo projetos societários, utopias, tradições curriculares inventadas e até mesmo disposições e indisposições pessoais na construção de um currículo, além de verificar as clivagens entre o proposto e o praticado. Enfim, a experiência e o diálogo com a bibliografia da área de educação, currículo, formação de professores, ensino de História e da historiografia nos colocam em um lugar dinâmico, disputado, ampliando a percepção sobre o nosso lugar na formação e na pesquisa.

OT: Depois de cinco décadas de institucionalização dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) no Brasil, quais são as principais contribuições dos PPGs para o campo do ensino de História?

Angela Ribeiro Ferreira: O processo de institucionalização e a ampliação da pós-graduação, especialmente na área de Educação, foram fundamentais na constituição do campo de pesquisa em ensino de história. São raros os programas de História que contam com essas linhas de pesquisa. São muitos os programas que têm professores que orientam tais pesquisas, mas estas estão dentro de outras linhas. A título de exemplo, no Paraná, apenas o PPGH da UEL tem uma linha de História e Ensino, mas conta somente com mestrado. No PPGH da UFPB há uma linha específica chamada Ensino de História e Saberes Históricos.

Uma grande parte dos pesquisadores de ensino de História no país são doutores em Educação. Mas, efetivamente, dispomos de poucos programas de Ensino de História, o que tem causado

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 368-377. ISSN: 1808-8031

problemas nos concursos das universidades porque os colegas que elaboram os editais insistem em exigir doutorado em História para vagas da área de ensino, excluindo grande parte dos pesquisadores da área, que são licenciados e graduados em História, mas doutores em Educação.

Outro ponto importante: muitos pesquisadores de ensino de História estão lotados nas Faculdades de Educação nas universidades federais e em muitas estaduais, não integrando os departamentos ou institutos de História. Apenas para citar alguns nomes conhecidos: Ana Maria Monteiro (UFRJ), doutora em Educação; Circe Bittencourt (USP), doutora em História; Selva Guimarães Fonseca (UFU), doutora em História com tese em ensino; Maria Auxiliadora Schmidt (UFU), doutora em História com tese em história da educação – todas pertencentes às faculdades ou aos departamentos de Educação até se aposentarem. Sabendo-se que os ambientes são espaços de poder e campos de disputa, essa característica assume enorme peso de influência na área.

Como resultado temos uma série de contradições dentro do campo, com a maioria dos pesquisadores da área de ensino de História trabalhando apenas em cursos de Pedagogia e não em Licenciaturas em História. Isso provoca um certo “deslocamento”, pois as discussões dos cursos de História, que hoje são de licenciatura, não contam com a presença de pesquisadores da área de ensino.

Agora, com certeza, os programas de pós-graduação foram muito importantes para a ampliação e a consolidação do campo de pesquisa em ensino de história. Alguns exemplos dessa consolidação podem ser vistos no papel do GT de Ensino de História na ANPUH, criado em 1985; na realização pioneira do Perspectivas do Ensino de História, com o primeiro evento em 1988 na USP; e depois na criação do ENPEH – Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, que teve o primeiro evento em 1993 na UFU. Esses eventos mostram uma dinâmica da área que foi, aos poucos, de forma negociada e disputada, criando espaços de discussão que interagiram de forma ativa e dialética para a constituição de um campo de pesquisa da área de ensino de História.

A partir de 2014 temos a aprovação e implantação do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, o qual tem desenvolvido pesquisas em ensino de história em 39 universidades no programa em rede, com coordenação da UFRJ. Talvez o mestrado profissional signifique o momento no qual mais temos pesquisado e orientado pesquisas em ensino no Brasil.

Portanto, a pós-graduação assume um papel decisivo na consolidação do campo de pesquisa em ensino de história, na formação de pesquisadores e no ingresso desses novos

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 368-377. ISSN: 1808-8031

pesquisadores como docentes nas universidades brasileiras. Eu e os colegas da minha geração, que se formaram nos anos 90 e ingressaram na universidade como docentes, a partir dos anos 2000 vivemos intensamente esse processo. E, hoje, podemos dizer que temos um campo fortemente consolidado, o que não significa que seja homogêneo, monolítico e uniforme do ponto de vista teórico. Ao contrário, é um campo marcado por uma diversidade de abordagens teóricas e núcleos de referência. E assim deve ser.

OT: Como se deu o ensino de História na história da educação no Brasil?

Angela Ribeiro Ferreira: Essa é uma questão bastante ampla e para falar sobre ela temos que retomar a produção das professoras Circe Bittencourt e Arlete Medeiros Gasparello, pioneiras em pesquisas sobre a história do ensino de História no Brasil. Os seus trabalhos constituem uma bibliografia básica para entendermos a trajetória da disciplina desde o século XIX, especialmente a partir da produção de livros didáticos e dos currículos escolares. Além disso são obras que não se fecham teoricamente e buscam dar visibilidade a diferentes sujeitos em atuação na história da disciplina, desde os alunos, passando por professores, intelectuais, autores de livros didáticos, políticos, entre outros.

Os trabalhos indicam que a constituição da disciplina envolveu diálogos complexos entre produção historiográfica, projetos políticos, formulações de currículo e produção de livros didáticos desde o século XIX. A criação do Colégio Pedro II é um marco fundamental, pois o currículo desse colégio passou a ser referência para outras escolas no Brasil, a ponto de existir um decreto que validava o currículo, quando era a ele equiparado. Podemos ver isso, por exemplo na história local. Em Ponta Grossa, no Paraná, o Colégio Regente Feijó de 1927, que, alguns anos após a criação, recebeu decreto que o equiparava ao colégio carioca. Isso não significa dizer que não havia autonomia e releituras do currículo do Pedro II, ao contrário revela que ainda há muitas pesquisas a serem feitas sobre essas relações país afora.

Alguns pesquisadores também fizeram algumas tentativas reflexivas de estabelecer alguns marcos na construção da área de ensino de história no Brasil. Obviamente, não há um consenso, pois tanto as referências teóricas quanto os marcos que delas resultam são distintos. As tentativas de estado da arte também ainda são incompletas. É uma tarefa ainda a ser feita, tem várias pessoas pesquisando, mas ainda não dispomos de uma sistematização completa sobre a história do ensino de História no Brasil, pois são trabalhos que fizeram recortes temporais e geográficos e que ainda demandam de um trabalho de sistematização. Por exemplo, grande parte desses trabalhos de pesquisa sobre a história do ensino de História falam do Sudeste, é necessário incluir as outras regiões do país nessa narrativa, é preciso

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 368-377. ISSN: 1808-8031

incluir os livros didáticos de história escritos por mulheres, que agora têm sido estudados de forma isolada. Enfim, para responder a essa pergunta, ainda precisamos de pesquisadores dispostos a sistematizar tudo o que tem sido feito na área. Mas sistematizar não significa fechar uma narrativa única sobre essa trajetória, ao contrário, é preciso que esse debate permaneça em aberto, para colher diferentes perspectivas. Vale lembrar que narrar essa trajetória também é um ato de poder.

OT: Quais são as principais dificuldades que o ensino de História tem enfrentado no cenário atual?

Angela Ribeiro Ferreira: Hoje, os principais problemas que estamos enfrentando são as reformas educacionais: a BNCC, as reformas do Ensino Médio e dos cursos de licenciatura com a Resolução 02/2019, todos direcionados pelos interesses daquilo que o professor Luis Carlos Freitas chama de “reformadores empresariais da educação”, ou seja, os interesses não são sobre a formação dos sujeitos, mas na formação para o mercado. Diante desses interesses, a área de Ciências Humanas foi a mais afetada, com redução e carga horária ou até retirada de algumas disciplinas (História, Filosofia, Sociologia, Artes) de parte do currículo. Com a reforma do Ensino Médio, a disciplina desaparece de alguns dos itinerários ou trilhas formativas, quando essas são na área de exatas ou naturais.

Dentro dessas reformas que estamos presenciando, para além da destruição do currículo, redução de carga horária, vivenciamos a inclusão de disciplinas completamente vazias de sentido para os estudantes, como Projeto de Vida, Empreendedorismo, Educação Financeira, apenas para citar as mais comuns. Essas mudanças refletem bem os interesses das reformas, estudantes sem formação humana e crítica, que aprendem que o seu sucesso só depende dele. Se o ensino médio anterior era ruim, esse atual é pavoroso, mal começou a ser implantado e a reclamação dos estudantes é geral, especialmente pela associação educação e tecnologia como sinônimos de melhoria na qualidade. As secretarias estão implantando sistemas de educação em plataformas digitais, provas, aulas gravadas, sistemas de aulas estruturadas.

Essas reformas significam a destruição de tudo o que construímos na área de educação e no ensino de história nos últimos anos. Uma das ações que considero grave nessas reformas curriculares foi a exclusão, em todos os documentos, da palavra gênero. A inclusão dos sujeitos na história ensinada estava iniciando e foi cortada nos documentos oficiais.

A luta política de docentes, associações, sindicatos tem sido menos para pensar o ensino e a aprendizagem e mais para manter a existência da disciplina na escola.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 368-377. ISSN: 1808-8031

OT: E considerando o contexto atual da pandemia da Covid-19, qual a sua opinião do lugar do ensino de História nesse contexto?

Angela Ribeiro Ferreira: A pandemia e o governo de extrema direita que vivemos nos últimos anos acentuaram atitudes de negacionismos da ciência. Por outro lado, setores progressistas entenderam que era o momento de reafirmar que ensinar história, história da ciência na escola, é algo fundamental, imprescindível para a vida social, para o exercício ativo e crítico da cidadania. E é somente conhecendo a história que os sujeitos podem ter condições de interferir efetivamente na transformação positiva da realidade, escolher os candidatos na eleição (com consciência de classe), lutar de forma coletiva para a transformação da realidade. Mas a história ensinada para obter efeito contra os negacionismos tem de ser uma história que inclua sujeitos, na qual todos se vejam representados na narrativa histórica escolar. Nesse sentido, faz-se necessário o respeito à diversidade regional do nosso país. A forma como o currículo está organizado desconsidera as regionalidades, a diversidade e dificulta o enfrentamento dos problemas que estamos vivendo na escola.

OT: Avançamos, mas ainda permanecem certos desafios no que se refere ao ensino de História. A criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é mais um documento instituído, pelo menos na teoria, para melhorar alguns aspectos da educação brasileira. Contudo, a sua implementação provocou alguns debates em diversos setores da sociedade. Qual a sua visão sobre a BNCC? Podemos falar de avanços ou de retrocessos?

Angela Ribeiro Ferreira: Eu sou contra um documento curricular nacional engessado como a BNCC, um currículo a ser avaliado. A promessa de melhoria da educação pela via do currículo é uma grande falácia. Nenhum currículo sozinho melhora a qualidade da educação, e qualquer professor ou professora que está na escola sabe disso. E justamente por saber que currículo sozinho não faz milagre, os estados estão criando mecanismos de controle docente para garantir a implantação da BNCC e da reforma do Ensino Médio porque, se dependesse de adesão voluntária, os novos currículos não seriam praticados na escola. A melhoria da qualidade da educação – e todos os educadores que têm compromisso sabem disso – precisa de estrutura física na escola, bem como de materiais didáticos, tecnologias, laboratórios e, especialmente, de valorização profissional. Sem esse conjunto de coisas, qualquer promessa é apenas discurso político e ideológico. Especialmente, precisamos entender, de forma clara, como os setores neoliberais e conservadores querem transformar o currículo em formas de controle do que se passa na escola, colocando-a a serviço de seus interesses particulares.

OT: Quais os desafios que a BNCC impõe ao professor de História? Quais as possibilidades da reação do docente a esses desafios que lhes são impostos?

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 368-377. ISSN: 1808-8031

Angela Ribeiro Ferreira: Enquanto não conseguimos revogar essas reformas, os professores e as professoras precisam trabalhar nas brechas da legislação para conseguir inserir conteúdos e atividades autorais na sala de aula.

O modelo de implantação da BNCC no estado do Paraná, para citar o exemplo que eu acompanho mais de perto, é de quase total controle da atividade docente. Trata-se de modelo que prevê aulas prontas enviadas pela Secretaria de Educação, numeradas com slides prontos, vídeos e atividades. Nesse sistema, o professor é vigiado se está utilizando os materiais prontos ou não, e, caso não use, fica registrado em um sistema chamado de RCO (Registro de Classe on-line). De tempos em tempos, a escola recebe a figura do “tutor”, espécie de fiscal da secretaria. Caso não cumpra o que é determinado pela secretaria, o professor tem sido punido na distribuição de aulas do ano seguinte, indo para o final da fila na escolha de aula, mesmo dispondo de 20 anos de carreira (apenas para citar um exemplo de como o estado pensou em todos os passos para impedir a reação e a resistência docente às reformas).

Entendo que a única possibilidade de reação é aquela coletiva, via associação de classe, via sindicato de docentes. Nenhuma resistência individual tem poder de mudança do cenário, sendo, claro, necessária e parte de compromisso ético. Mas é preciso transformar isso em movimento coletivo, visando mudar o quadro geral, criar novos marcos legais não restritivos, mais abertos e democráticos.

OT: A BNCC apresenta um discurso de como o “novo” pode melhorar os índices da educação no Brasil. A partir dela surgiu a reforma do Ensino Médio, qual a sua perspectiva sobre essa reforma?

Angela Ribeiro Ferreira: A perspectiva é pela revogação da reforma do Ensino Médio. Estamos com um conjunto de campanhas em todo o Brasil, encampadas pelas diferentes associações de classe (ANPUH, Anped, sindicatos de docentes, movimento estudantil, entre outros).

O argumento de alguns grupos (os apoiadores dessa reforma) é que se revogarmos o Novo Ensino Médio não temos o que colocar no lugar. É uma mentira, pois desde o governo Dilma vínhamos discutindo uma reforma para o ensino médio, com o Pacto do Ensino Médio, o qual envolvia docentes das mais diversas áreas e de todo o país no debate. Apenas é necessário um tempo para retomar o debate de antes do golpe de 2016 e apresentar uma outra proposta.

Uma das ações vindas junto com a implantação da BNCC e com a reforma do ensino médio foi a avalanche de metodologias ativas, com novos nomes e que ignoram o trabalho docente que vinha sendo desenvolvido nas escolas. Por exemplo, os trabalhos de pesquisa solicitados aos estudantes viraram “sala de aula invertida”, trabalhos em grupo foram renomeados como

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 368-377. ISSN: 1808-8031

“rotação de estações”. Olhando a fundo, o “novo” é só uma etiqueta nova em roupa velha. E o mais impressionante é a adesão ao discurso do “novo”. Quem não conhece história sempre vai achar que a proposta é nova. Professores de História precisam também conhecer mais sobre a história da Educação, para não cair no engodo de que são discursos de inovação e controle. Se professores fossem ouvidos, eles teriam inúmeros relatos sobre práticas comuns e inovadoras no ambiente da escola. Mas são práticas vindas da base, não servindo ao discurso que vem de cima para baixo.

OT: Por fim, diante de tudo o que foi falado aqui, quais são as suas projeções futuras para o ensino de História no Brasil?

Angela Ribeiro Ferreira: A esperança é pela revogação das reformas do Ensino Médio e da Resolução 02/2019, que estão causando um desastre na educação de jovens e de futuros professores.

A projeção é que a nossa luta continuará, como sempre foi na profissão docente: uma eterna luta por educação pública e gratuita, por valorização profissional, por educação de qualidade com formação humana e não apenas para formação de mão de obra para o mercado. Quem é professor sabe que a condição da luta é inerente à condição docente. Por isso, é preciso estar atento aos discursos, aos interesses a quem servem e fazer a boa luta: aquela da inclusão e da democracia ampliada.

Em nome da *Revista Outros Tempos*, agradecemos por este relevante diálogo, uma oportunidade de discutir um tema essencial para a educação no Brasil e, além disso, fomentar aprendizados sobre a prática pedagógica em História a partir de suas vivências profissionais.